demais países asiáticos estão com estimativas de menor consumo este ano.

Quanto à Europa Ocidental, que absorve praticamente o restante das exportações brasileiras, ainda está sendo afetada por retrações no desempenho de sua economia.

Sendo assim, para que o Brasil obtivesse êxito na colocação externa do algodão, seria necessário que seu produto ao menos se tornasse competitivo.

É importante a adequação do nível de exportação do excedente brasileiro de algodão, para que os preços não despenquem ainda mais no final do mês de maio, quando vencem os contratos do crédito de custeio efetuados pelos produtores da região meridional.

Há, contudo, um fator que poderá modificar a tendência do mercado, juntamente com a possibilidade de alguma garantia de exportação: a confirmação de quebra na safra setentrional, em virtude da proliferação de lagartas, gerada pelas irregularidades climáticas do Nordeste.

Como esta região normalmente não é afetada pelo ataque de pragas e, por razões econômicas, o uso de defensivos é praticamente nulo, é provável que a lavoura fique bastante prejudicada, dependendo do grau de incidência das lagartas. Se isto ocorrer, algumas indústrias do Nordeste poderão direcionar seus pedidos de compras à região Centro-Sul, ativando, desta forma o mercado de algodão. Talvez possam, inclusive, provocar alguma recuperação futura nos preços.

ARROZ

Novo balanço da safra desaconselha exportações

Mais uma vez, o comportamento do clima, em algumas regiões, acarretará sensível redução na safra de arroz. A estiagem ocorrida nas primeiras semanas do ano provocou perdas em todos os estados nordestinos e nos estados centrais. No Nordeste, as quebras foram elevadas em todas as áreas produtoras, mas o grande desfalque na oferta deste ano virá do Maranhão, cuja contribuição esperada para o volume final da colheita brasileira girava em torno de 1,5 milhão de toneladas, 15,5% das primeiras estimativas da safra 1980/81, então avaliada em 9,65 milhões de t.

Embora o pico da colheita do arroz maranhense dê-se no mês de maio, já se sabe que as chuvas que sucederam a estiagem, em abril, não foram suficientes para a recuperação da lavoura. De fato, a FIBGE previa, em março, que a quebra atingiria 31% do resultado esperado e, acompanhando a evolução do clima nas últimas semanas, elevou sua estimativa de perdas para, aproximadamente, 33,5%, no corrente mês. Esta última avaliação reduz a colheita do estado a 1,06 milhão de t, volume que, ainda assim, não prejudica sua tradicional condição de exportador líquido do cereal para os demais estados do Norte/Nordeste. Com efeito, a comercialização tem sido boa e o nível de preços favorável, levando a que parcelas do arroz goiano, de preços inferiores, venham sendo transferidas para empresas maranhenses.

A orizicultura goiana, aliás, foi ainda mais atingida pela estiagem. Até recentemente, a CEPA daquele estado estimava as perdas em 50% da safra. No entanto, uma reconsideração da extensão da área plantada do arroz de sequeiro permitiu reduzir a amplitude da quebra a 40% do inicialmente esperado para a colheita. Assim, a Secretaria de Agricultura daquele estado calcula a dimensão da safra atual ao redor de 870 mil t, com uma produtividade de apenas 925 kg/ha. Simultaneamente, a Comissão de Financiamento da Produção avalia a safra goiana em 995 mil t. Quanto à área, dos 1,342 milhão de hectares plantados com arroz de sequeiro, serão colhidos apenas 940 mil ha, segundo a CEPA. O arroz irrigado, ínfima parcela da produção estadual, não foi afetado e será colhida a totalidade de seus 18 mil ha, que propiciarão um volume de 63 mil t de arroz em casca.

Esses dados, associados ao bom desempenho da orizicultura gaúcha nesta safra (espera-se uma colheita recorde de 2,475 milhões de t), servem para reafirmar a importância das diretrizes traçadas pela Embrapa, no Programa Nacional de Pesquisa de Arroz. Segundo este programa, deve-se aprimorar a tecnologia utilizada no plantio de arroz de sequeiro em re-

giões de maior risco climático (sul de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná) e incentivar o cultivo do cereal em áreas de menor risco (partes do Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Acre e o território de Rondônia).

O vasto potencial de utilização das várzeas irrigáveis, no país, onde ocupam uma área de aproximadamente 30 milhões de hectares, inclui-se entre os objetivos do programa.

Evidentemente, tratam-se de linhas gerais de atuação, principalmente no que se refere ao plantio de sequeiro, atividade que implica menor custo de produção e cuja grande disseminação está associada a sua utilidade econômica, reduzindo os custos de desmatamento e preparação de pastagens. Por seu peso no total da produção orizícola, o plantio de sequeiro não pode ser simplesmente desincentivado, embora possa, e deva, ser melhor orientado.

Em termos de abastecimento, parece lícito supor que o consumidor final do produto não será prejudicado (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 3). De fato, a posição dos estoques em mãos do governo e de particulares ainda é confortável, esperando-se que o estoque remanescente da atual safra venha superar ligeiramente 1 milhão de toneladas. Tal número transforma recente informação do USDA, de que o

QUADRO 1

BRASIL — Produtos Selecionados: Evolução Percentual da Produção e dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores — 1979/80 em Relação a 1978/79

Produtos	Produção (1.000 t) 1979	1980	Evolução da Produção (%)	Evolução do Preço (%) Nominal	Real
Batata	2.154	1.932	- 11	309,5	199,3
Feijão	2.298	1.895	- 18	254,4	144,2
Cana-de-açúcar	139.337	145.524	4	110,8	0,6
Milho	16.457	20.212	23	97,2	- 13,0
Algodão em caroço	1.632	1.669	2	90,2	- 20,0
Tomate	1.501	1.611	7	85,0	- 25,2
Arroz em casca	7.589	9.638	27	83,3	- 26,9

Obs.: A evolução do preço real foi calculada mediante a comparação da evolução do preço nominal com a taxa de inflação de 1980, de 110,2%.
FONTE: CEA/FGV, IBGE, CFP.

Brasil adquiriria 250 mil t do produto no exterior, num posicionamento bastante pessimista, quanto à disponibilidade interna do cereal.

Por outro lado, a expectativa de exportadores brasileiros de que o governo federal autorizaria exportações de arroz, em 1981, peca pelo outro extremo, bastante otimista. Embora não seja impossível a efetuação de vendas do produto gaúcho, por exemplo, bem cotado internacionalmente, o balanço entre a oferta e a demanda doméstica do cereal não aconselha tais operações.

Realmente, apesar de a CFP estar estimando que a safra 1980/81 proporcionará 9,1 milhões de toneladas, o número final poderá ser ainda menor. Conforme exposto anteriormente, os resultados obtidos nos estados do Maranhão e de Goiás já significarão um recuo próximo a 1 milhão de t, na oferta deste ano, em relação às primeiras estimativas. Outros estados tiveram suas safras de arroz reavaliadas para menos, nos últimos meses, destacando-se Minas Gerais (em janeiro, a CFP calculava uma produção de arroz entre 906 e 948 mil t e, agora, espera 713 mil t), afetada pela estiagem, e Mato Grosso do Sul (-70 mil t), cuja área plantada se reduziu.

Cabe observar que se, à semelhança de 1980, os estoques existentes no país (o estoque remanescente da safra 1979/80 está avaliado em 1,64 milhão de t) não permitirem altas excessivas nos preços do produto, os orizicultores não se sentirão estimulados a novos investimentos em suas lavouras, no plantio da próxima safra.

O Quadro 1 permite ver que, já no ano passado, os produtores de arroz colocaram-se em sétimo lugar, em termos de elevação dos preços médios recebidos por suas safras, no país, segundo dados do Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getúlio Vargas. Observe-se, no referido Quadro, que o milho, principal competidor por área, com o arroz, apresentou melhor desempenho, mesmo com uma safra relativamente volumosa.

Diante de uma situação de estabilidade no mercado, como a que se antevê para 1981, as autoridades governamentais deverão pautar sua política de abastecimento pelo duplo cuidado de não permitir pressões inflacionárias e de não comprimir excessivamente a rentabilidade do produtor.

CAFÉ

Elevado resultado da safra 1981/82 criará alguns problemas

A expectativa quanto à divulgação do Plano de Safra 1981/82 monopolizou as atenções do mercado cafeeiro do país nas últimas semanas, principalmente quanto ao nível em que será fixado o novo preço de garantia. Pressões e contra-pressões se sucedem, oriundas de diversos segmentos. Enquanto isso, as autoridades governamentais viram-se obrigadas a adiar a divulgação do Plano, indicando, implicitamente, a dimensão das dificuldades encontradas para preservar um mínimo de rentabilidade ao produtor numa conjuntura de escassez de recursos públicos.

Produtores e comerciantes de café argumentam que os custos de produção são hoje elevados e, portanto, o preço de garantia deveria ser de, pelo menos, Cr$ 11.000/saca, no início da safra. O governo, por seu turno, descarta esta possibilidade. Autoridades federais já declararam, mais de uma vez, que os valores pretendidos pelos produtores são "absurdos", contestando, como irreais, as estimativas de custo por eles apresentadas.

O pano de fundo desta discussão é formado, obviamente, pela certeza de que a colheita brasileira de 1981/82 será elevada (32,1 milhões de sacas, segundo o IBC) e pela perspectiva de que as cotações internacionais a médio prazo, permanecerão reduzidas. Em conseqüência, os produtores buscam obter um piso satisfatório para os preços internos. Por sua vez, o governo teme que, aprovando um preço de garantia elevado, esteja criando, involuntariamente, um novo obstáculo para a pretendida expansão das exportações brasileiras. Isto ocorrerá caso a tendência baixista do mercado internacional, conforme previsto, se agrave no final do ano. A propósito, o valor líquido recebido pelo exportador por saca vendida, segundo informações da praça